



# Observatório da Oposição

13 DE NOVEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 28

## Com GLO 'fake', política de segurança de Lula e Dino é um mundo de faz de conta

Petista cria ação vexatória  
em portos e aeroportos,  
enquanto seus assessores  
recebem mulher de chefe  
do Comando Vermelho no  
Ministério da Justiça

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

**RM**

**SENADOR ROGÉRIO MARINHO**

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL

ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

# PRIORIDADES DA SEMANA

1

SEGURANÇA PÚBLICA

2

ECONOMIA

3

POLÍTICA INTERNACIONAL

## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

# 1

## SEGURANÇA PÚBLICA

### Com GLO ‘fake’, política de segurança de Lula e Dino é um mundo de faz de conta

**Governo do PT recorre às Forças Armadas para tentar esconder sua inaptidão no combate ao crime organizado**

Após dizer em várias ocasiões que não empregaria as Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), prevista no artigo 142 da Constituição Federal, o presidente Lula finalmente assinou no início de novembro um novo decreto.

A falta de um plano nacional robusto de combate ao crime organizado e de capacidade de resolução de problemas por parte de um dos seus ministros favoritos, leia-se Flávio Dino (Justiça), obrigou Lula a decretar a contragosto a GLO e trazer novamente os militares para o “calor do combate”. Ainda que seja uma



GLO adaptada “aos moldes” do atual governo, Lula e Dino assinam juntos esse “atestado de incompetência” na gestão da segurança pública do país, em menos de um ano de novo governo.

Ademais, conceder aos militares das Forças Armadas o poder de polícia em apenas 3 portos (2 no Rio de Janeiro e 1 em São Paulo) e 2 aeroportos (1 em cada Estado) no intuito de combater o tráfico de drogas e armas, buscando o restabelecimento da normalidade e o funcionamento regular das instituições que ali operam, não parece ser uma medida tão eficaz assim.

O controle dentro dessas instalações requer inteligência apurada e organizada, sem falar na questão da falta de efetivo especializado para a função de revista dos mais variados tipos de volumes que circulam por esses portos e aeroportos.

O crime organizado está espalhado há décadas por todo o território e utiliza os modais rodoviário, aéreo e fluvial como canais logísticos eficazes. Em um país continental como o Brasil, com milhares de canais logísticos (formais e informais) de importação e exportação, decretar “aos moldes do PT” uma GLO em tão poucos portos e aeroportos seria bom para quem exatamente? E ao saber que determinado porto ou aeroporto utilizado pelo crime organizado atualmente está sob uma GLO, será que os “cabeças” do tráfico de drogas e armas manteriam suas operações naquele local?

Segundo Ivana David, desembargadora há três décadas no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o reforço no policiamento ostensivo no Porto de Santos pode frear as ações do tráfico internacional no local durante os seis meses previstos para a GLO, mas não impede que o Primeiro Comando da Capital (PCC) transfira sua atuação para outros portos do país, que também possuem intenso fluxo de navios que fazem rotas internacionais.

“Os militares das Forças Armadas vão ajudar a prender a ponta do iceberg. Essa ação não atinge o coração e o cérebro das facções criminosas. Somente um trabalho de inteligência pode efetivamente reprimir os negócios ilícitos das facções”, afirma a magistrada do TJSP que acompanha processos judiciais referentes ao PCC.

## O que exatamente o governo federal pensou quando decidiu por autorizar uma GLO tão limitada assim?

Nos primeiros meses do terceiro governo Lula, presenciamos inúmeras crises na segurança pública por todo o país, especialmente no Estado da Bahia. E o governo sabe que a crise na segurança pública está avançando em outros estados, especialmente nos que possuem fronteira seca.

O Brasil tem como vizinhos países mundialmente conhecidos pela produção e exportação de drogas e tráfico de armas. Quão preocupados estão Lula e Dino com essa questão? Pela natureza do decreto assinado, aparentemente não.

Na última semana, inclusive, ambos conseguiram provocar mal-estar com a Receita Federal. As atividades dos auditores do órgão que trabalham na parte aduaneira ficaram de fora do decreto.

Em 1º de novembro, a Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) emitiu uma nota questionando a ausência da Receita Federal na GLO.

O Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) também encaminhou um ofício para Flávio Dino e Fernando Haddad, pedindo uma audiência para discutir o “papel institucional” de auditores fiscais na apreensão de ilícitos e aplicação de punições nas operações aduaneiras. Lula e Dino parecem não saber ainda as principais demandas da Receita Federal para garantir eficiência e eficácia nas operações. Investi-

### **Unafisco Nacional avalia que GLO será ineficaz, porque excluiu a Receita Federal, órgão com maior experiência em ilícitos internacionais**

A Unafisco Nacional recebeu com perplexidade e com ceticismo o decreto de garantia da Lei e da Ordem em portos e aeroportos do Rio de Janeiro e São Paulo, com duração até maio de 2024, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para a entidade, a GLO tem vício de origem, porque deixou de fora justamente o órgão que detém a expertise em selecionar, reconhecer e apreender ilícitos internacionais, responsável hoje pela fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras.

Uma ação integrada deveria envolver todas as forças de segurança, em particular a Receita Federal, por ser o que mais apreende drogas no país, mesmo não sendo sua atividade fim.

Ainda segundo a Unafisco, a GLO será inócua sem uma integração com a RFB, que poderia contribuir significativamente para o sucesso das operações.

Para Mauro Silva, presidente da Unafisco, “é inacreditável que ninguém tenha informado o Presidente de que a Receita Federal é o órgão que mais apreende drogas no país, é a responsável pela fiscalização aduaneira, e não poderia jamais ter ficado de fora da GLO.”

A entidade entende ainda que a GLO apresentou total falta de compreensão de como funciona o crime organizado, que atua de maneira transnacional, livre de embaraços como questões burocráticas ou soberanias territoriais.

Faltou na GLO considerar as limitações e a necessidade de se cobrir todo o território não apenas pontos específicos. Se a medida do presidente Lula abrange os portos de Itaguaí (RJ), Rio de Janeiro e Santos (SP) e os aeroportos de Guarulhos (SP) e Galeão (RJ), o narcotráfico buscará outros pontos de menor policiamento e mais vulneráveis.

A Unafisco vê também com desconfiança a competência e a capacidade de militares das Forças Armadas executarem funções complexas a que não estão habituados, com leitura de escâneres e fiscalização de contêineres. A chance de deixarem passar carregamentos de entorpecentes e armas aumentará.

Para a Unafisco, uma GLO com a intenção séria de combater o crime organizado deveria prever a participação de todas as diferentes agências capazes de contribuir com suas competências e experiências específicas para alcançar os objetivos de segurança.

A Unafisco destaca ainda que o governo, além da GLO, deveria se preocupar em fortalecer a Receita Federal, que enfrenta uma série de dificuldades, como falta pessoal e de equipamentos, o que prejudica o combate ao contrabando e ao narcotráfico.

mento em tecnologia, aumento do quadro de servidores e na inteligência do órgão quase não foram mencionados no ato de assinatura da GLO.

Para entendermos um pouco mais sobre como o governo federal trata a segurança pública no país, é interessante observar as escolhas de Lula e Dino para os principais quadros do Ministério da Justiça e Segurança Pública.



A Secretaria Nacional de Segurança Pública é chefiada por Tadeu Alencar (PSB/PE), ex-deputado federal derrotado nas eleições de 2022, especialista em temas tributários. Tadeu apareceu em despacho do falecido ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, como recebedor de doações de campanha da empreiteira Odebrecht em 2014. O atual Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli, é jornalista de formação e ex-militante estudantil.

O que se percebe após a assinatura do decreto de GLO “aos moldes do PT” é mais uma tentativa do Planalto em blindar momentaneamente “o rei e o bispo” de críticas futuras relativas ao combate ao crime organizado em todos os seus aspectos. E, obviamente, caso o resultado não seja alcançado (bem provável), que a responsabilidade caia sobre os executores da GLO, as Forças Armadas.

# A ‘Dama do Tráfico Amazonense’ tem portas abertas e tapete vermelho no Ministério da Justiça

**Por que a mulher de um chefe do Comando Vermelho foi recebida por assessores de Flávio Dino? Qual é a relação dela com o governo? Com a palavra, Lula e seu ministro**

O Ministério da Justiça recebeu Luciane Barbosa Farias, conhecida como a “dama do tráfico amazonense” e associada ao Comando Vermelho, em duas reuniões neste ano. A mulher foi condenada por lavagem de dinheiro, associação ao tráfico e organização criminosa, sendo casada com Clemilson dos Santos Farias, também conhecido como “Tio Patinhas”.



O Antagonista

## Quem é Luciane?

Luciane Barbosa Farias é conhecida como a “dama do tráfico amazonense”. Luciane é casada com Clemilson, considerado o “criminoso número um” na lista de procurados pela polícia do Amazonas. Seu marido está cumprindo uma sentença de 31 anos no presídio de Tefé, no Amazonas.

Luciane foi condenada em segunda instância a 10 anos de cadeia por diversas atividades ilícitas, incluindo lavagem de dinheiro, associação para o tráfico e organização criminosa. Ela atuou como o “braço financeiro” do Comando Vermelho no Amazonas, ocultando valores provenientes do narcotráfico, adquirindo bens de luxo e registrando empresas fictícias. Atualmente, responde em liberdade.



## Escárnio

O Ministério da Justiça confirmou que Luciane Barbosa Farias foi recebida por secretários do ministro Flávio Dino, mas alegou que não sabia previamente quem ela era. O Ministério afirmou que Luciane integrou uma comitiva e que era “impossível” para o setor de inteligência detectar previamente a presença dela.

Ora, mas pela segunda vez?

Segundo reportagem do [Estadão](#), em maio deste ano, Luciane também entrou no MJ na figura de [presidente](#) do Instituto Liberdade do Amazonas (ILA). O ILA é uma ONG criada por Luciane que, segundo investigadores da polícia civil do Amazonas, é considerada uma fachada utilizada pelo Comando Vermelho para manter sua existência e obter capital político para negociações com o Estado.

E qual a justificativa para não saber da participação da presidente da entidade, Dino?

## Falta de controle e transparência

A situação levanta no mínimo questões sobre os procedimentos de segurança e controle de acesso no Ministério da Justiça. Alegar que era “impossível” detectar previamente a presença de Luciane devido à natureza da solicitação de agenda levanta enormes riscos sobre a eficácia dos processos de verificação de antecedentes e de controle de acesso a indivíduos com ligações criminosas.

Parlamentares da oposição entrarão com [denúncia](#) à PGR contra Flávio Dino, para que se investigue eventuais ligações entre o MJ e o crime organizado. Ao mesmo tempo, é importante manter vigilância sobre ações subsequentes a essas reuniões que porventura venham a beneficiar o crime organizado.

## 2 ECONOMIA

### Lula planeja intervir no sistema bancário, repetindo receita que derrubou Dilma e gerou endividamento recorde dos brasileiros

- Lula destacou a necessidade de o Estado agir como um “indutor” da economia, defendendo o uso dos bancos públicos para oferecer crédito ao setor privado com taxas de juros mais baixas.
- Repetindo a fórmula do passado, o Governo Lula planeja intervenções no setor bancário.



João Gabriel Alves/Enquadrar/Estadão Conteúdo

- Relembramos que essas interferências passadas do PT causaram prejuízo à população, aos bancos estatais e ao erário público.
- O uso indevido dos bancos públicos, em desrespeito às leis vigentes, motivaram ainda o Tribunal de Contas da União a recomendar a rejeição das contas da presidente Dilma Rousseff, em episódio conhecido como “pedaladas fiscais”.
- Destacamos que a manipulação do sistema financeiro resultou em endividamento recorde dos brasileiros.
- Defendemos a visão de que a atuação do governo, por intermédio dos bancos públicos, deve estar baseada nos limites impostos pelas leis, com destaque para Lei de Sociedade Anônimas, a Lei das Estatais e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Banco público não deve ter lucro igual à instituição privada, diz Lula

- No Brasil Investment Forum, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu o papel do [Estado como indutor do crescimento](#) e que os [bancos públicos devem ser empregados para viabilizar a disponibilização de juros mais baixos](#) a longo prazo para o setor privado.
- A manifestação pública do mandatário ocorreu uma semana após [reunião entre o primeiro escalão da equipe econômica, dirigentes de bancos públicos e o vice-presidente da República](#) no Palácio do Planalto, ensejando a confirmação de que o governo ensaia uma intervenção no sistema financeiro.
- Todavia, não é de hoje que o presidente Lula tem se manifestado favoravelmente a uma mudança na condução dos bancos públicos, sinalizando ao mercado o interesse de retomar para estes a visão dos governos anteriores do PT, com Lula e Dilma.

“

Vamos fazer bancos públicos virarem bancos públicos. Não queremos que bancos públicos tenham prejuízo, mas não queremos que tenham os mesmos lucros dos bancos privados. Eles têm que prestar função social.” E acrescentou: “Se não tiver orientação, a burocracia do Banco do Brasil age como banco privado”.

Lula

- O anúncio denuncia medidas ainda não formalizadas, mas **foi mal recebido devido à recente lembrança dos impactos das últimas intervenções danosas do Partido dos Trabalhadores nos bancos estatais**, especialmente na Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES.

## Limites das Prerrogativas da Presidência da República

- Primeiramente, precisamos entender que o presidente da República não possui prerrogativas legais para praticar movimentos arbitrários nos bancos públicos, em especial, no Banco do Brasil, que é uma sociedade de economia mista, com acionistas privados.
- A [Lei Nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976](#), que trata das sociedades por ações, limita os atos do acionista controlador, em especial, aqueles caracterizados como abuso de poder e lesivos aos acionistas minoritários ou lucros da companhia.

“Art. 117. O acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder.

§ 1º São modalidades de **exercício abusivo de poder**:

a) orientar a companhia para fim estranho ao objeto social ou lesivo ao interesse nacional, ou levá-la a favorecer outra sociedade, brasileira ou estrangeira, em prejuízo da participação dos acionistas minoritários nos lucros ou no acervo da companhia, ou da economia nacional”.

- O disposto no dispositivo acima é ratificado pela [Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, a Lei das Estatais](#). Indiscutivelmente, um dos principais desafios da governança corporativa reside na criação de incentivos que motivem os acionistas controladores e administradores indicados a agirem em benefício da pluralidade de acionistas.
- Este desafio adquire uma complexidade adicional quando o acionista majoritário é o governo, a ponto de a Lei das Estatais, enquanto mecanismo de auto regulação estatal, afirmar que o governo também estará sujeito à responsabilização por condutas abusivas.

“Art. 15. O **acionista controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista responderá pelos atos praticados com abuso de poder**, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º A ação de reparação poderá ser proposta pela sociedade, nos termos do art. 246 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo terceiro prejudicado ou pelos demais sócios, independentemente de autorização da assembleia-geral de acionistas”.

- Considerando esses elementos, identificamos a existência de uma linha tênue nos limites da atuação do governo nos bancos públicos entre o permitido e o defeso. Por exemplo, oferecer empréstimos com taxas subsidiadas por intermédio dessas entidades financeiras é legítimo, contanto que a política seja apoiada por recursos públicos e as instituições financeiras sejam devidamente compensadas.

### **Pedaladas fiscais e a intervenção do PT no sistema financeiro**

- A situação também remete aos achados do [parecer prévio do Tribunal de Contas da União](#), posteriormente ratificado pelo [Acórdão 1497/2016](#), sob relatoria do ministro José Múcio Monteiro. Na ocasião, o TCU recomendou ao Congresso Nacional a rejeição das contas apresentadas pela então presidente Dilma Rousseff no exercício de 2015.
- Entre as discrepâncias encontradas nas contas apresentadas pela presidência, o órgão de controle destacou uma sequência de transações irregulares do governo, feitas através dos bancos públicos, com o intuito de encobrir a situação financeira precária do Estado.

“Irregularidades



Manutenção do estoque de operações de crédito vencidas até 31/12/2014 durante o exercício de 2015, relativamente a *atrasos nos repasses ao Banco do Brasil respeitantes à equalização de juros do Plano Safra*, tendo iniciado aquele ano com valor aproximado de R\$ 8,3 bilhões.

- 2** • Manutenção do estoque de operações de crédito vencidas até 31/12/2014 durante o exercício de 2015, relativamente a *atrasos nos repasses ao BNDES respeitantes à equalização de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI)*, tendo iniciado aquele ano com valor aproximado de R\$ 20 bilhões.
- 3** • *Realização de novas operações de crédito pela União junto ao BNDES, no primeiro e no segundo semestres do exercício de 2015, nos valores de R\$ 3,7 bilhões e R\$ 4,37 bilhões, respectivamente, em virtude de passivos oriundos do PSI, operacionalizado por aquela instituição financeira.*
- 4** • *Realização de novas operações de crédito pela União junto ao Banco do Brasil no primeiro e no segundo semestre do exercício de 2015, nos montantes de R\$ 2,6 bilhões e R\$ 3,1 bilhões, respectivamente, em virtude de passivos oriundos da equalização de taxa de juros em operações de crédito rural.*
- 5** • *Omissão de passivos da União junto ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal, ao BNDES e ao FGTS, nas estatísticas da dívida pública ao longo do exercício de 2015.*
- 6** • *Pagamento de dívidas da União junto ao Banco do Brasil e ao BNDES sem a devida autorização na Lei Orçamentária Anual ou em lei de créditos adicionais, inclusive com o registro irregular de subvenções econômicas.*
- 7** • *Pagamento de dívidas da União junto ao FGTS sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em lei de créditos adicionais e com o registro irregular de subvenções econômicas”.*

- Por ora, destacamos que as irregularidades relacionadas a atrasos recorrentes do governo nos repasses de verbas a instituições bancárias públicas resultaram na prática conhecida como “pedaladas fiscais”.
- Esses atrasos pressionaram entidades como Banco do Brasil, Caixa e BNDES a financiar operações governamentais com seus próprios fundos, caracterizando a situação como empréstimo à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal ([Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#)), mascarando a verdadeira extensão das dívidas governamentais.
- Evidencia-se que o presidente da República não pode livremente propor medidas demagógicas e irresponsáveis do ponto de vista fiscal e econômico, as quais não estão respaldadas por nosso arcabouço jurídico e, inclusive, já ensejaram a deposição de mandatária de seu próprio partido.

## Hiper Endividamento da População Brasileira

- Outra consequência negativa da manipulação do sistema financeiro foi o aumento excessivo do endividamento das famílias brasileiras entre 2013 e 2014, atingindo [cerca de 25% do PIB, muito acima da média histórica do Brasil até então, que era de aproximadamente 10%](#).
- Trata-se de um círculo vicioso perpetrado pelos governos do PT, que estimula a economia pelo superendividamento da população, oferecendo juros mais baixo, para depois propor soluções de renegociação das dívidas às custas do Tesouro, com reflexos negativos no endividamento público e, em última instância, na qualidade de vida da população brasileira.
- A título ilustrativo, o governo Lula lançou em julho o programa Desenrola para renegociação de dívidas negativadas bancárias e não bancárias — como contas de luz, água, varejo, educação, entre outras. Estima-se que [o programa terá um custo de aproximadamente R\\$ 50 bi para o Tesouro](#).
- Resumidamente, há uma evidente tendência em direção ao foco no curto prazo, ao imediatismo e ao populismo, sem considerar a importância da promoção do bem-estar, da estabilidade econômica e do estímulo à poupança inter-

na. Ressaltando que estes últimos são elementos essenciais para estabelecer um crescimento nacional duradouro e resistente no longo prazo.

## Prejuízo e perda do valor dos bancos estatais

- Em outra ponta, o expansionismo da política de crédito de modo irresponsável, ao modo PT, também vitimou os bancos públicos com calotes. Com o aumento da inadimplência e as interferências do governo, o Banco do Brasil chegou a perder R\$ 34,2 bilhões de valor de mercado, ou seja, uma queda de 38% no período compreendido entre 2010 e 2014.
- Sob pressão da presidente Dilma Rousseff para reduzir taxas de juros e tarifas, a Caixa Econômica teve um breve período de crescimento recorde na carteira de crédito. Em 2013, por exemplo, houve um aumento expressivo de 43% no volume de empréstimos, ante 10% das instituições congêneres. Porém, a baixa qualidade dos créditos contratados e dos desenhos das políticas públicas implementadas motivaram uma série de reveses financeiros para o banco estatal, que chegou a ser incluído na Dívida Ativa da União pela primeira vez na história.
- A situação fica ainda mais acintosa ao se comparar os resultados auferidos pelos bancos públicos e privados no período do governo Dilma. Enquanto os primeiros sofreram reveses já descritos, Itaú e Bradesco valorizaram 13% e 22%, respectivamente, com crescimento baseado na qualidade de suas carteiras de crédito.



iStock/Divulgação - Montagem: Julia Shikota

- O BNDES, eivado pelo modelo de expansionismo estatal dos governos Lula e Dilma, focou na promoção de “campeãs nacionais” em vários setores da economia. Resultaram desse direcionamento empresas como o conglomerado EBX de Eike Batista (R\$ 10,4 bilhões), a Oi Telecom (R\$ 17,8 bilhões) e a Brasil Foods - BRF (R\$ 11 bilhões), todas frutos de fusões financiadas com recursos subsidiados pelo banco estatal. No total, o BNDES gastou cerca de R\$ 1,2 trilhões com “empresas amigas”.



- O crescimento pujante dessas “empresas campeãs nacionais” foi acompanhado de declínio ainda mais rápido e acentuado, impondo prejuízos financeiros ao BNDES: pedidos de recuperação judicial da LBR, Oi Telecom e EBX; e escândalos como a Operação Carne Fraca envolvendo a JBS e a prisão de **Eike Batista** na Operação Segredo de Midas.
  - Durante a gestão petista, o BNDES demonstrou ineficiência ao direcionar seus recursos para empresas ligadas ao governo, oferecendo taxas de juros subsidiadas a quem de fato não precisava. Isso ocorreu em detrimento de suporte financeiro mais robusto às micro e pequenas empresas, que são responsáveis por aproximadamente 84% dos empregos no país.
- Esses são exemplos da condução deletéria dos bancos estatais promovida pelas gestões petistas. Claramente, desencadearam problemas significativos e duradouros em nosso sistema financeiro, prejudicando cidadãos, os bancos estatais e o erário público. Além disso, contribuíram para a manutenção do Brasil entre os países com altos spreads bancários, trocando bem-estar duradouro por medidas efêmeras. E Lula parece querer repetir o passado.



## O que sobrou da Reforma Tributária?

### **Reforma de Lula confirma maior alíquota do mundo, aumenta privilégios para setores amigos e cria mega fundos com cheque em branco**

- Não há dúvida de que o IVA é um sistema testado e eficiente, razões que o fizeram ser adotado em praticamente todos os países. **Precisamos de uma reforma tributária** e sabemos que o IVA é um importante passo. Por isso, as críticas à reforma não estão na adoção do IVA em si, mas no impacto nas contas públicas, no possível aumento de carga tributária e na quantidade de exceções.
- Destacam-se duas importantes mudanças positivas na PEC 45/19 no Senado: a alteração do Conselho Federativo para o Comitê Gestor e as limitações ao poder de tributar por meio do Imposto Seletivo. Essas mudanças não são exploradas neste texto por já terem sido abordadas em nota anterior.
- Contudo, se observou uma multiplicação de regimes beneficiados, ampliação de benefícios fiscais, aumento de despesas e a ausência de uma efetiva trava na carga tributária. Acredita-se que esses pontos podem gerar consequências que reduzam fortemente o impacto positivo da reforma.

## Carga Tributária e Exceções

- Contudo, **a reforma criou um grupo gigantesco de exceções ou benefícios:** alíquotas reduzidas para profissionais liberais que faturam mais de R\$ 4,8 milhões, comunicação institucional, agências de viagens, produtos de limpeza e higiene pessoal, sucos naturais sem adição de açúcar, carros para taxistas, economia circular, sociedades anônimas de futebol, hidrogênio verde, geração distribuída de energia.



- O governo não fez sua parte em “limar” as exceções. Com isso, teremos o maior IVA do mundo, com pelo menos 30% de alíquota. O consumidor verá produtos com 30% de IVA e possivelmente CIDE para a Zona Franca de Manaus ou Imposto Seletivo. Isso acrescido, possivelmente, de imposto de importação ou contribuições setoriais.
- É uma carga sobre o consumo das famílias excessivamente regressiva, que deveria ser melhor distribuída no nosso sistema tributário. Apesar de a reforma prever o envio de reformas de tributação sobre outras fontes, não há menção à redução de alíquotas sobre o consumo. Na prática, isso pode ser apenas uma forma de aumentar a carga tributária com outros impostos, sem reduzir o peso da tributação sobre o consumo das famílias.
- Apesar de ter sido programada uma avaliação quinquenal dos benefícios, se observa a inovação com ceticismo. Diversos benefícios adicionados à PEC estão presentes na legislação há mais de 30 anos. **A experiência até o momento foi de prorrogação indefinida de benefícios.**
- Destaca-se, porém, que não é uma questão apenas de alíquota, benefícios ou exceções. A PEC 45/19 estabeleceu um mecanismo de referência de carga tributária que funciona mais como ferramenta de transparência do que efetivamente como uma trava. Na prática, é possível que as alíquotas aumentem mesmo acima dessa referência.

## ALERTA

Alertamos que já na largada, a PEC define a carga tributária média de 2012-2021 como referência. Essa carga média é de 12,57% do PIB. Em 2022, a carga foi de 12,01%. Portanto, teremos um aumento de 0,56p.p. na carga tributária, o que nos custará quase 60 bilhões.

- Mesmo se fossem utilizar a média de 10 anos, se escolhessem 2013-2022, valores que já estavam disponíveis desde março deste ano, a carga de referência seria quase 15 bilhões menor.
- Com relação às datas, entende-se que há um descompasso. A PEC definiu que a arrecadação dos estados e municípios será preservada com uma referência de 2024 a 2028. **Não há nada que garanta que a carga da década passada bancará os impostos dos próximos 4 anos.**
- Uma consequência possível é que a “trava” proposta pela PEC terá de ser desrespeitada se os impostos aumentarem nos próximos anos. Infelizmente, é justamente isso que estamos vendo. Estados e Municípios correram para aumentar seus impostos. A União tenta em qualquer oportunidade fazer o mesmo.

## A Batalha das Leis Complementares

- Os testes do novo imposto começam em 2026. Nota-se que entre a aprovação da PEC e os testes, deve-se regulamentar diversos temas.
- Para citar alguns, o Congresso terá de normatizar: o IVA em si, a previsão efetiva de quais setores terão alíquota reduzida, o Comitê Gestor, as duas cestas básicas, o imposto seletivo, a Cide da ZFM, o regime favorecido para a aviação regional, o regime de combustíveis, serviços financeiros, cooperativas, além de todos os outros regimes específicos.
- Há ainda outros temas que não são necessários para os testes, mas que ainda são obrigatórios na transição. Entre esses, alguns exemplos são o *Cashback*, o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá, e o regramento dos benefícios para a indústria automotiva.



- Esses exemplos foram colocados na intenção de demonstrar que o debate da reforma é muito mais amplo que a PEC 45/19. A janela para aprovar leis complementares entre a PEC e a implementação do IVA é relativamente curta.
- Prevê-se, com isso, um debate tributário permanente nesta e nas próximas legislaturas.
- Alerta-se, também, para o risco de que a pressão setorial que, associada com a curta janela de tempo, possa beneficiar ainda mais alguns setores, reduzindo os impactos positivos da reforma.

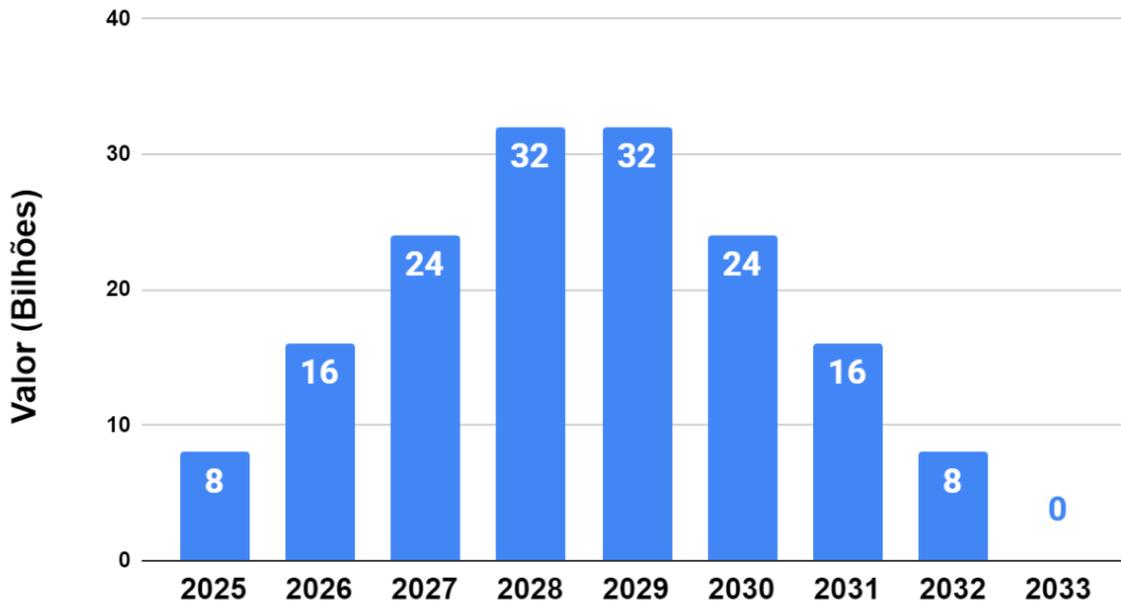
## Transição e Fundos

- Todos sabem que a transição será difícil. Por 10 anos, vamos ter de conviver com os impostos do nosso complexo sistema ao mesmo tempo em que aprendemos a lidar com os novos. Isso requer tanto um forte debate legislativo, quanto uma adaptação do setor privado.
- A transição, que prevê uma alteração do regime da origem para o destino e uma mudança completa no regramento dos impostos, não é complicada só do ponto de vista tributário. Pelo lado das contas públicas e da arrecadação, existe uma combinação de instrumentos que utilizam referências e datas distintas, o que aumenta a complexidade da reforma.

### Alguns pontos da transição:

- Em 2026, cobra-se uma alíquota teste de 0,9% de CBS e 0,1% de IBS estadual.
  - Em 2027, a PEC prevê que os Impostos Federais (PIS, Cofins e IPI) serão extintos, com a cobrança plena da CBS e a criação do Imposto Seletivo (IS).
  - Em 2027 e 2028, enquanto se cobra a CBS no nível federal e o IS, tem-se um IBS de 0,05% estadual e 0,05% municipal, ambos em níveis de teste.
  - Em 2029, se inicia a transição efetiva do ICMS e do ISS. Todo ano, esses impostos serão reduzidos em 1/10, com elevação proporcional do IBS.
  - Em 2033, ICMS e ISS deixarão de existir. Alerta-se que a transição é abrupta. Em 2032, ambos os impostos estarão em 6/10 do padrão praticado. De um ano para o outro, vão de 6/10 para zero. Na prática, essa é a transição final para o regime do destino.
- É de amplo conhecimento que a reforma redistribui atividades econômicas no país, o que afetará a receita dos entes da federação. Por isso, a proposta prevê uma combinação de fundos e de retenção dos valores arrecadados para redistribuição entre os entes.
    - **Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais**
      - A União disponibilizará um fundo, corrigido pela inflação, para compensar as perdas de pessoas físicas e jurídicas com o fim dos benefícios fiscais.
      - O fundo terá valor total de R\$ 160 bilhões em 8 anos, com a seguinte divisão anual:

## FCBF - Valor Total: R\$ 160 bilhões



Fonte: Elaboração Própria.

### ▪ **Redistribuição dos recursos**

- Entre 2029 e 2032, 80% da arrecadação do IBS é retida para redistribuição dos recursos entre os entes da federação.
- Em 2033, 90% dessa arrecadação é retida para o mesmo fim. Entre 2034 e 2077, 90% (valor de 2033) reduzido a uma proporção de 1/45 por ano será retido para essa finalidade.
- Essa redistribuição será feita por um fator de transição, que é uma medida móvel que compara a participação da arrecadação nos 4 anos anteriores com a participação na arrecadação do ente durante a transição do ICMS/ISS.

### ▪ **Seguro-receita**

- Com base nas alíquotas de referência, será retido um montante de 5%, para redistribuição entre os entes. Essa redistribuição prioriza os entes com maiores perdas, tendo como referência 2024-2028.
- Entende-se que esse ponto é conflitante com a referência de carga tributária de 2012-2021. Como já dito, esse descompasso pode incentivar a fuga das alíquotas de referência pelos entes.

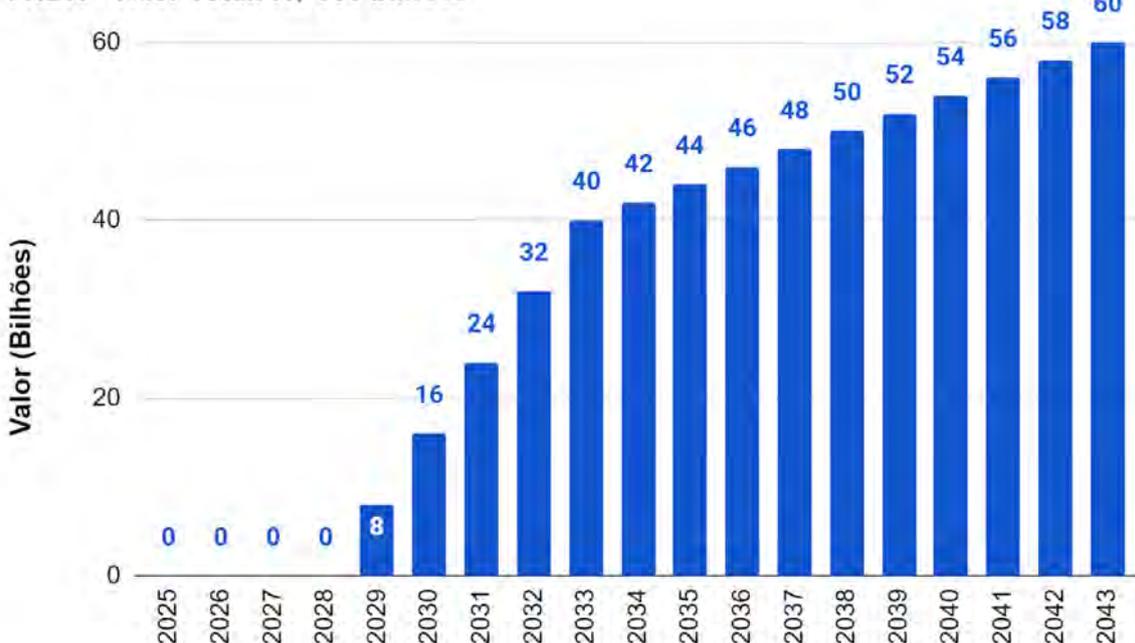
▪ **Fundos para a Região Norte**

- A PEC prevê a criação de dois fundos: um para o Estado do Amazonas e outro para os Estados da Amazônia Ocidental e o Amapá.
- O Fundo do Amazonas é abastecido pela arrecadação da CIDE da ZFM e por recursos da União. Pode ser utilizado com a finalidade de garantir o diferencial competitivo, diversificar a economia local **e compensar perdas de receita do estado**.
- Destaca-se o uso do fundo para compensar perdas de receita mesmo com todos os outros mecanismos disponíveis.
- O outro fundo receberá recursos da União e terá o objetivo de desenvolver e diversificar a economia local.

▪ **Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR)**

- O Fundo pode ser utilizado para:
  - Realização de estudos, projetos e obras de infraestrutura;
  - Subvenções e financiamento de atividades produtivas;
  - Promoção de desenvolvimento científico e inovação;
- O gráfico abaixo resume o valor anual do FNDR:

FNDR - Valor Total: R\$ 630 bilhões



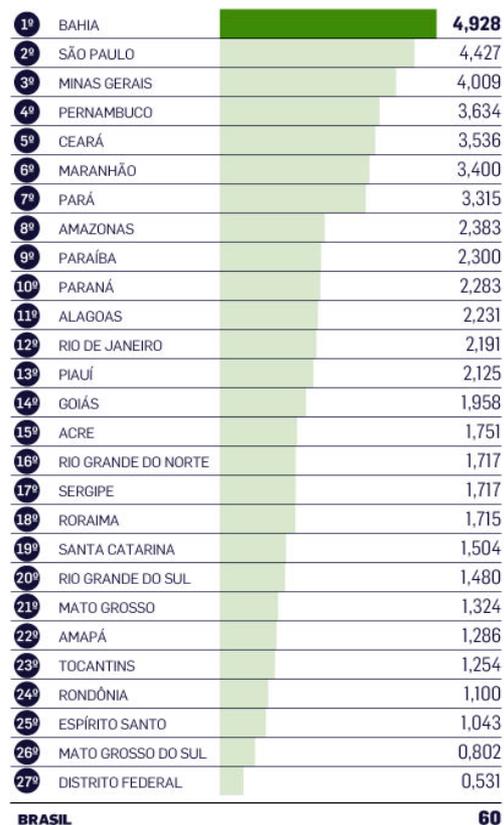
- Ressalta-se que, diferente do FCBF, o FNDR é um fundo permanente, ou seja, continuará com o repasse de R\$ 60 bilhões anuais aos estados após 2043.
- O FNDR terá sua distribuição estabelecida por 70% do Fundo de Participação dos Estados e 30% pela População. Essa distribuição privilegia os estados da Região Norte, que recebem mais recursos per capita, como mostra o gráfico abaixo:

## RATEIO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Texto aprovado no Senado usa como critérios para divisão o FPE (70%) e o tamanho populacional (30%)

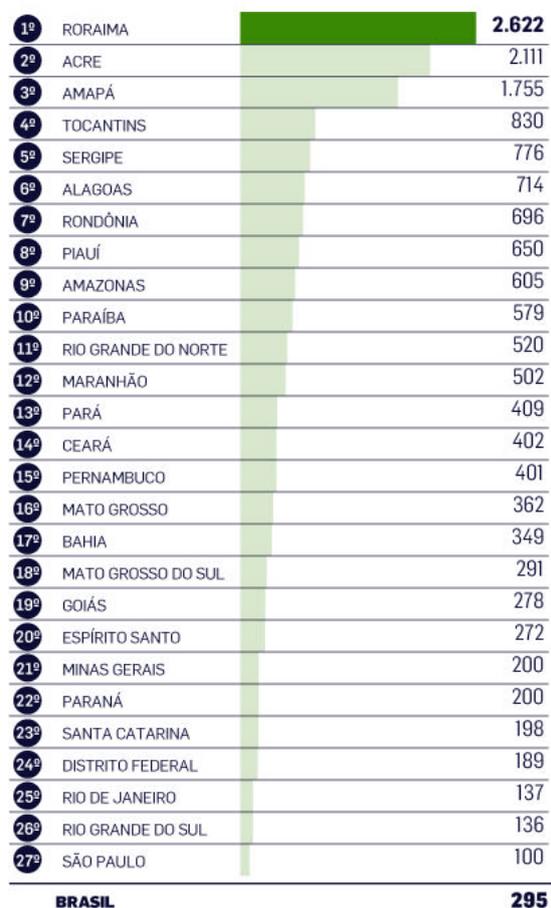
### Valor total

(EM BILHÕES DE REAIS)



### Valor per capita

(EM REAIS)



FONTES: MARCOS MENDES E SÉRGIO GOBETTI / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

- Somando os valores, teremos gastos de mais de R\$ 790 bilhões em 18 anos. Portanto, o governo prometeu fundos impagáveis para bancar a transição.
- Hoje não se acredita nem que o governo conseguirá cumprir uma meta de -0,5% do PIB, o que equivale a cerca de R\$ 50 bilhões. As fontes de receita adicionais não são inesgotáveis e mal são capazes de cobrir o déficit atual.

## Outros pontos

- Cria-se a possibilidade de instituição de contribuição municipal sobre sistemas de monitoramento de logradouros públicos.
- Ficam mantidas as **contribuições estaduais sobre bens semielaborados até 2043**.
  - Em relatório anterior, as contribuições acabariam ao mesmo tempo que o regime de origem, ou seja, em 2033.
  - Com isso, os regimes de destino e de origem terão de conviver por mais 10 anos.
- Fica mantido o benefício para carros híbridos e elétricos até 2032.
  - O benefício alcança, sobretudo, a empresa chinesa BYD, que adquiriu a fábrica da Ford em Camaçari/BA.
  - O benefício será reduzido em 20% ao ano a partir de 2029.
- Fica mantido o benefício para **carros à combustão**, conhecido como “Bolsa Fiat” até 2032.
  - O regime beneficia, sobretudo, as empresas do grupo Stellantis, que produzem em Goiana (PE). Estima-se que o benefício, existente desde 1997, tenha custo de cerca de R\$ 5 bilhões anuais.
  - Esse regime destoa do tom geral da PEC, que reforça aspectos ambientais em diversos pontos, ao incentivar a produção de carros à combustão.
  - A inclusão também foi criticada por parlamentares de outras regiões produtoras de automóveis, por estabelecer condições tributárias mais favoráveis ao grupo Stellantis.
- O petróleo, combustíveis e lubrificantes passam a não sofrer incidência do imposto de importação se importados via ZFM.
  - A medida é criticada por incentivar a sonegação em casos em que o produto seja importado via ZFM e destinado para fora dela. Com isso, haveria concorrência desleal e perda de arrecadação em outros estados.

# Governo detona seu próprio Arcabouço: *abandona meta zero e tenta maquiar resultado fiscal com promessas vazias*

- Na época da aprovação do novo arcabouço fiscal, o Observatório da Oposição já tinha apontado para a inviabilidade da meta zero nos parâmetros propostos pelo governo, que se baseia apenas em aumento de receitas para o ajuste.
- A meta zero seria possível, sobretudo pela banda inferior de -0,25p.p. do PIB, caso o governo se comprometes-se com um verdadeiro ajuste fiscal, baseado na avaliação, na melhora do gasto e na redução de despesas.
- O caminho foi totalmente inverso. O governo atual iniciou o mandato com uma forte expansão fiscal. Os recursos para bancar todas as promessas teriam de vir depois. No entanto, ficou cada vez mais claro que as medidas de arrecadação jamais seriam suficientes para compensar a gastança.
- Em parte, o governo tenta maquiar o resultado fiscal com promessas de arrecadação [consideradas incertas](#).
- O TCU [mandou recado](#) de que está atento às contas públicas. Entre as maquiagens detectadas, estão as superestimativas de receitas e a subestimação do salário mínimo, que impacta fortemente as despesas federais.
- Parlamentares do PT [apresentaram emendas para alterar a meta zero](#). Uma das emendas propõe meta de -0,75% do PIB enquanto outra estabelece meta de -1%. Pode-se prever, com isso, mais de R\$100 bilhões de rombo.



Exame

- Entendemos que essas metas **não representam esforço fiscal**. Para se dar um exemplo, caso a meta fosse estabelecida em -1% do PIB, se o governo conseguisse obter -0,5% (valor muito abaixo da meta zero), ele poderia adicionar gastos por meio de investimentos devido às regras do novo arcabouço fiscal.
- Isso significa que, mesmo em déficit, o governo poderia reforçar investimentos, independente da qualidade e da estabilidade fiscal. Ou seja, uma licença para gastar.
- O Copom, [em sua mais recente ata](#), reafirmou a importância de se perseguir a meta que o próprio governo propôs e se comprometeu na época da aprovação do novo arcabouço fiscal:

“Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, conseqüentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas”

- Economistas como [Zeina Latif e Jeferson Bittencourt](#) apontaram que a mudança da meta representa um descompromisso com a meta fiscal. [Roberto Campos Neto](#), presidente do Banco Central, defendeu que a meta zero permanecesse, pois o processo de alteração geraria muita incerteza com o compromisso fiscal.
- Na prática, o governo Lula tenta fugir das regras do novo arcabouço fiscal recém aprovado. O resultado disso será uma meta fiscal menos crível e um aumento inequívoco da dívida pública.



Zeina Latif



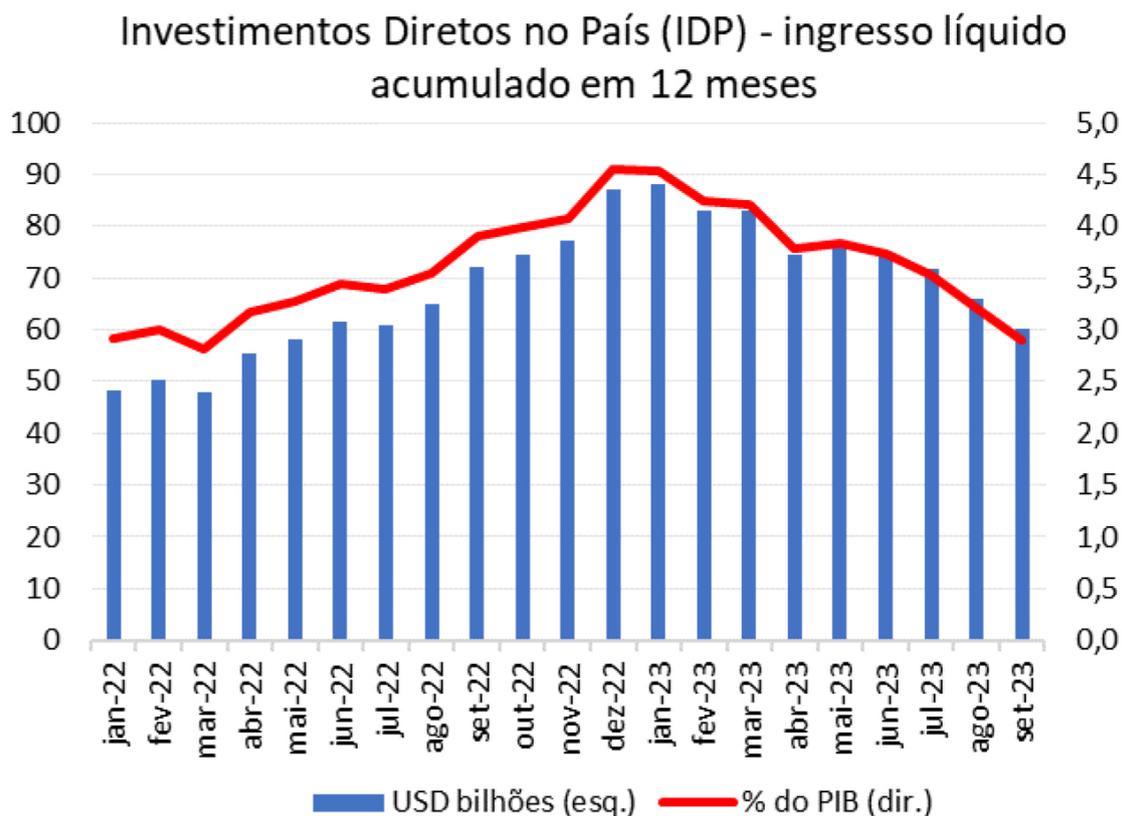
Jeferson Bittencourt



## Intervenções de Lula no mercado e risco fiscal derrubam investimentos estrangeiros

- De acordo com o [Banco Central](#), os investimentos estrangeiros diretos (IDP) no Brasil tiveram uma redução de [U\\$ 27,2 bilhões \(-40%\)](#) na comparação de janeiro a setembro deste ano com o mesmo período do ano passado.
- Em setembro deste ano, o país teve saldo (entradas menos saídas) de cerca de R\$3,8 bilhões. No ano anterior, este valor foi de R\$9,6 bilhões.
- O preço das commodities afeta essa entrada de recursos, mas [o risco fiscal](#) vem sendo um fator importante para a redução dos investimentos.
- Da mesma forma, os embates do governo na Petrobras, na Eletrobrás e as tentativas de reversão do Marco do Saneamento travaram investimentos importantes no período.

- Essa tendência já tinha sido verificada em outros meses. Com isso, o investimento se mantém em queda, após a subida observada durante o ano de 2022. A tendência preocupa considerando que o IDP é uma medida de investimentos produtivos no país.
- Nota-se, também, uma redução do acumulado dos ingressos líquidos em 12 meses, que acumularam U\$60 bilhões em setembro deste ano ante U\$72,1 bilhões no ano anterior. O gráfico abaixo resume a tendência recente:



Fonte: Banco Central - Estatísticas do setor externo

3

# POLÍTICA INTERNACIONAL

## Lula e Dino colocam a ideologia à frente do combate ao terrorismo

**Problema é que, agora, o risco está em solo brasileiro**

O Brasil acompanha com aflição os desdobramentos dos ataques perpetrados pelo grupo terrorista Hamas no dia 7 de outubro em Israel. Outros grupos terroristas parecem aproveitar o momento em que Israel busca incansavelmente neutralizar o Hamas para atacar o país e seus cidadãos mundo afora.

Correio Braziliense



O que parecia distante da nossa realidade por muito pouco não se materializou na semana que passou. A Polícia Federal conseguiu identificar e prender dois suspeitos de planejar atentados contra judeus no Brasil. Trabalho exitoso, graças à cooperação internacional entre a Polícia Federal, o Mossad (órgão máximo da inteligência de Israel), entre outras agências de segurança internacionais.

O fato em si é louvável, já que o mundo se encontra novamente em um momento crítico com relação ao combate contra o terrorismo. E o terror não possui território definido, bem como não possui qualquer régua moral em suas práticas. Sabe-se também que muitos países tratam determinados grupos terroristas como entidades que merecem algum tipo de reconhecimento e respeito.

O presidente Lula, por acaso, em 2010 defendeu que o Hamas e o Hezbollah fossem chamados para “negociar” a paz no Oriente Médio. Sim, de lá pra cá praticamente nada mudou. O presidente da república federativa do Brasil ainda enxerga alguma possibilidade de sentar à mesa (se possível, mesa de bar) para negociar a paz entre os povos com grupos terroristas que possuem em suas cartilhas eliminar qualquer tipo de vida, no caso em epígrafe, os judeus.

Ter um Presidente da República que pensa tão diferente dos demais chefes de estado que historicamente possuem laços diplomáticos com o Brasil não parece ser suficiente para que passemos apuros com relação aos estranhos rumos da nossa diplomacia. Após uma operação bem sucedida, graças a um grande esforço internacional das instituições, o “ainda ministro” da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Flávio Dino, resolveu ocupar espaço na mídia de uma forma completamente aloprada.

Em um momento em que as democracias pelo mundo demonstram apreço e respeito às decisões do Estado de Israel e seus principais parceiros estratégicos, Dino decide por tentar “lacrar” pelas redes sociais, numa tentativa de dar uma “lição de moral” a Israel e também ao ex-presidente Jair Bolsonaro. O “ainda



O Antagonista

ministro” da Justiça tenta explicar de um jeito muito peculiar e neurótico que a operação bem sucedida é fruto de “provas analisadas EXCLUSIVAMENTE pelas autoridades brasileiras”. Sim, o “ainda ministro” achou oportuno digitar em caixa alta o termo para que não parem dúvidas sobre que está trabalhando no caso. É surreal, mas é verdade.

A reação de Flávio Dino, frente às notícias subsequentes às prisões dos brasileiros cooptados pelo grupo terrorista Hezbollah, foi completamente desproporcional à relevância do tema. Sabendo que o ex-presidente Bolsonaro, maior antagonista político de seu chefe, mesmo após sair da cadeira presidencial, continua mantendo prestígio internacional além de manter excelente relação com o Primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e seu corpo diplomático, Dino achou-se no direito de “esbravejar aos quatro cantos” que ninguém, leia-se o ex-presidente Bolsonaro, o próprio Primeiro-ministro israelense e as instituições de Israel, interferiria nas investigações (iniciadas pela Polícia Federal após cooperação com o Mossad) e/ou ameaçaria a “soberania” nacional.

A embaixada de Israel convidou na semana passada centenas de parlamentares das mais variadas orientações políticas para assistirem ao vídeo do massacre perpetrado pelo Hamas no dia 7 de outubro. Nenhum parlamentar da base do presidente Lula se fez presente no evento. O Planalto continua insistindo que o Estado de Israel promove um genocídio em Gaza e também continua colocando as diferenças ideológicas à frente do combate ao terrorismo internacional.

Assim sendo, não é de se espantar a visão de Flávio Dino sobre o caso. Ele se iguala ao presidente Lula, seja na irrelevância dentro do concerto das nações, seja na postura aloprada em mais uma crise gravíssima onde o terrorismo internacional ultrapassa os limites de nossas fronteiras e encontra condições favoráveis para ameaças a quem quer que seja. Hoje quem são os ameaçados de morte por grupos terroristas são os israelenses. E amanhã?